

49. Acerca da colaboração premiada, prevista na Lei nº 12.850/2013, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O acordo de colaboração premiada é negócio jurídico processual, motivo pelo qual não pode ser utilizado como meio de obtenção de prova.
- B) O recebimento da proposta para formalização de acordo de colaboração demarca o início das negociações e constitui também marco de confidencialidade, configurando violação de sigilo e quebra da confiança e da boa-fé a divulgação de tais tratativas iniciais ou de documento que as formalize, até o levantamento de sigilo por decisão judicial.
- C) No acordo de colaboração premiada, o colaborador poderá omitir fatos ilícitos para os quais concorreu, desde que tenham relação direta com os fatos investigados.
- D) Poderá constar no acordo de colaboração premiada a renúncia ao direito de impugnar a decisão homologatória.
- E) Se beneficiado por perdão judicial ou não denunciado, o colaborador não poderá mais ser ouvido em juízo a requerimento das partes ou por iniciativa da autoridade judicial.

50. Analise as assertivas abaixo e aponte a **INCORRETA**:

- A) Não dependem de prova os fatos notórios, afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária, admitidos no processo como incontroversos, e em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.
- B) A confissão é, em regra, indivisível, não podendo a parte que a quiser invocar como prova aceitá-la no tópico que a beneficiar e rejeitá-la no que lhe for desfavorável, porém cindir-se-á quando o confitente a ela aduzir fatos novos, capazes de constituir fundamento de defesa de direito material ou de reconvenção.
- C) Os elementos essenciais da sentença são o relatório, os fundamentos e o dispositivo.
- D) Não fazem coisa julgada os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença e a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
- E) O Código de Processo Civil atual veda o julgamento parcial do mérito.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
 ESCOLA JUDICIÁRIA DO PIAUÍ - EJUD

SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTAGIÁRIOS

DIREITO

Informações Gerais

- Este caderno é composto de OITO PÁGINAS, contendo CINQUENTA questões.
- NÃO ABRA O CADERNO ANTES DE RECEBER AUTORIZAÇÃO DO FISCAL DE SALA.

Instruções

- Verifique se as seguintes informações estão corretas no cartão-resposta: nome, área a que concorre, número da identidade e número de inscrição. Se houver erro, comunique ao fiscal.
- Nada deve ser escrito ou registrado no cartão-resposta, além de sua assinatura e da marcação das respostas. Para isso, use apenas caneta de corpo transparente, **azul ou preta**.
- Após ler as questões e escolher a alternativa que melhor responde a cada uma delas, cubra totalmente o espaço que corresponde à letra a ser assinalada no cartão-resposta.
- As respostas em que houver falta de nitidez ou marcação de mais de uma letra não serão registradas, não pontuando para o candidato.
- O cartão-resposta não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado.
- Não haverá substituição do cartão-resposta.

Caderno de Questões

- Ao receber autorização para abrir este caderno, verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, comunique imediatamente ao fiscal.
- O tempo disponível para fazer a prova e preencher o cartão-resposta é de TRÊS HORAS. Nada mais poderá ser registrado após o término desse prazo.
- Ao terminar a prova e a marcação do cartão-resposta, entregue ao fiscal este caderno e o cartão-resposta.
- Nas salas de provas, os candidatos não poderão usar relógio digital, boné ou óculos escuro, nem portar arma de fogo, fumar e utilizar corretores ortográficos.
- Será eliminado da Seleção Pública o candidato que, durante a prova, utilizar qualquer meio de obtenção de informações, eletrônico ou não.
- Será também eliminado o candidato que se ausentar da sala levando consigo qualquer material de prova sem autorização da Coordenação da Seleção Pública.

QUESTÕES DE REDAÇÃO OFICIAL E GRAMÁTICA

1. É um documento elaborado para registrar os acontecimentos e(ou) as decisões em uma sessão, assembleia ou reunião, a fim de evitar narrativas ou relatos infidedignos sobre o evento registrado:
 - A) Ata.
 - B) Ofício.
 - C) Memorando.
 - D) Normativa.
 - E) Portaria.

2. Sobre as condições impostas ao processo de modernização da linguagem na redação oficial, como forma de facilitar a comunicação nela veiculada, é **CORRETO** afirmar que:
 - A) O texto oficial deve primar pela simplicidade, mas evitar a pobreza de expressão.
 - B) O ofício é, agora, utilizado também em substituição à portaria, objetivando uniformizar e facilitar a redação oficial.
 - C) A logomarca da instituição e o brasão de armas da república devem sempre constar no cabeçalho do ofício, a fim de imprimir caráter oficial ao documento.
 - D) O vocativo deixou de ser obrigatório no padrão ofício, para que a comunicação seja mais rápida e direta.
 - E) Deve-se manter uma linguagem impessoal e burocrática na comunicação oficial, obedecendo-se aos princípios da administração pública.

3. De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, a identificação do expediente no padrão ofício fica localizado:
 - A) No lado esquerdo da página.
 - B) No lado direito da página.
 - C) No centro superior da página.
 - D) No centro inferior da página.
 - E) No lado direito ou esquerdo da página, tanto faz.

4. Nas correspondências oficiais, o fecho de cortesia é expresso pelos advérbios:
 - A) Respeitosamente; Agradecidamente; Polidamente.
 - B) Encarecidamente; Atenciosamente; Ternamente.
 - C) Cordialmente; Encarecidamente; Agradecidamente.
 - D) Atenciosamente; Respeitosamente; Encarecidamente.
 - E) Atenciosamente; Respeitosamente.

“Quando as pessoas se impõe, reivindicam seus direitos, cumprem seus deveres e não se submetem à deriva dos ditadores, têm mais chance de ser respeitadas e socialmente felizes.”

Com base no parágrafo acima, responda às questões 05, 06 e 07 a seguir:

5. Com relação ao verbo *impor*:
 - A) Está grafado no tempo correto e com flexão de número correta.
 - B) A forma correta de grafar o verbo impor no contexto do parágrafo é impõem.
 - C) A forma correta de grafar o verbo impor no contexto do parágrafo é imporem.

- D) O verbo impor não comporta semanticamente no contexto do parágrafo.
- E) O verbo impor é antônimo do verbo expor.

6. Quanto à grafia do verbo ter:
 - A) Atende aos parâmetros da última reforma ortográfica da Língua Portuguesa.
 - B) Não atende aos parâmetros da última reforma ortográfica da Língua Portuguesa.
 - C) A forma correta de grafar o verbo no contexto do parágrafo é teem.
 - D) A grafia da flexão verbal de ter segue a mesma dos verbos dar e ver, devendo ser alterada.
 - E) A substituição de têm por possuem no parágrafo acima, mudaria completamente o sentido do texto.

7. O termo “respeitadas”, presente no parágrafo:
 - A) Está no plural porque combina com felizes.
 - B) Deveria estar no singular porque é um advérbio.
 - C) Está no plural porque combina com o substantivo ‘pessoas’.
 - D) Não tem a mesma função sintática do termo ‘felizes’.
 - E) Tem a mesma função sintática do termo ‘chance’.

Considere o seguinte texto, para responder às questões 8, 9 e 10, abaixo:

“*Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, e não tivesse amor, seria como o metal que soa ou como o sino que tine.*” (Coríntios 13:1)

8. No contexto acima, a expressão ‘ainda que’ introduz uma oração subordinada adverbial concessiva, expressando ideia de:
 - A) Oposição.
 - B) Restrição.
 - C) Não pode ser substituída pela locução conjuncional ‘mesmo que’.
 - D) Não pode ser substituída pela conjunção ‘embora’.
 - E) A locução destacada é, na verdade, adversativa.

9. Na oração “... e não tivesse amor...”, o termo grifado pode ser substituído por _____, conservando seu teor semântico:
 - A) Mais.
 - B) Mas.
 - C) Jamais.
 - D) Por mais que.
 - E) Embora.

10. No trecho acima, o advérbio ‘como’ **NÃO** pode ser substituído por:
 - A) Igual a.
 - B) Equivalente a.
 - C) Tal qual.
 - D) Apenas um.
 - E) Tanto quanto.

40. Com base nas diretrizes do Código Penal, verifique em qual opção constam somente causas interruptivas da prescrição penal:
 - A) Oferecimento da denúncia e prolação da sentença.
 - B) Citação do acusado e oferecimento da denúncia.
 - C) Sentença de pronúncia e rejeição da denúncia.
 - D) Publicação do acórdão e recebimento da denúncia.
 - E) Fuga do condenado e recebimento da denúncia.

41. No que tange aos crimes contra a pessoa, analise as assertivas e indique a **CORRETA**:
 - A) A prescrição em abstrato para o crime de homicídio qualificado se constitui após 30 anos da data do fato.
 - B) O agente de feminicídio deverá ter a pena aumentada em dois terços, sendo a vítima gestante ou estando nas três primeiras semanas após o parto.
 - C) Não se punirá o agente de aborto quando o procedimento for realizado na primeira semana de gestação.
 - D) No contexto da difamação, a exceção da verdade só é cabível se a vítima for servidor público e a ofensa for dirigida a suas funções.
 - E) O ato de feminicídio não é classificado como crime comum, mas como crime próprio.

42. São recursos expressamente previstos no Código de Processo Penal, **EXCETO**:
 - A) Recurso em sentido estrito.
 - B) Carta testemunhável.
 - C) Agravo de instrumento.
 - D) Embargos de declaração.
 - E) Embargos infringentes e de nulidade.

43. Sobre a competência penal, assinale a alternativa **CORRETA**:
 - A) Compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar os Vereadores pelos crimes comuns, conforme previsto na Constituição Federal.
 - B) A Justiça do Trabalho possui competência para processar e julgar o crime de redução à condição análoga à de escravo (art. 149 do CP).
 - C) Compete ao Tribunal do Júri processar e julgar o crime de latrocínio (art. 147, § 3º, II, do CP).
 - D) O crime de uso de drogas será processado e julgado pelo Juizado Especial Criminal.
 - E) A Justiça Eleitoral não possui competência criminal.

44. Sobre os princípios aplicáveis ao processo penal, é **INCORRETO** afirmar que:
 - A) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
 - B) Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.
 - C) São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
 - D) O civilmente identificado será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.
 - E) Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

45. Nos termos do art. 5º, LXIX, da Constituição Federal, “conceder-se-á ‘*habeas corpus*’ sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em

sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder”. Sobre o aludido remédio constitucional, assinale a alternativa **ERRADA**:

- A) Não caberá habeas corpus em relação a punições disciplinares militares.
- B) São gratuitas as ações de habeas corpus.
- C) Caberá recurso em sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença que conceder ou denegar habeas corpus.
- D) Os juízes e os tribunais não têm competência para expedir de ofício ordem de habeas corpus, quando no curso de processo verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal.
- E) O habeas corpus poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público.

46. Sobre a audiência de custódia, julgue os itens.
 - I. A falta, injustificadamente, da audiência de custódia constitui uma irregularidade.
 - II. A falta da audiência de custódia afasta a prisão preventiva mesmo atendidos os quesitos do art. 312, do CPP e observadas as garantias constitucionais.
 - III. A declaração de ausência da audiência de custódia no prazo de 24h após a prisão constitui ilícito e deve o custodiado ser posto em liberdade automaticamente.
 - A) Todas as alternativas estão corretas.
 - B) Todas as alternativas estão erradas.
 - C) Apenas a alternativa I está correta.
 - D) Apenas a alternativa III está correta.
 - E) Apenas as alternativas I e II estão corretas.

47. Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa **INCORRETA**:
 - A) A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.
 - B) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.
 - C) A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade.
 - D) Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes.
 - E) O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal, competindo-lhe especialmente, entre outras coisas, determinar o trancamento do inquérito policial quando não houver fundamento razoável para sua instauração ou prosseguimento.

48. A competência **NÃO** será determinada pelo (a):
 - A) Lugar da infração.
 - B) Domicílio ou residência do réu.
 - C) Natureza da infração.
 - D) Prevenção.
 - E) Lugar da prisão.

- A) I e IV.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) I, II e III.
- E) I, II, III e IV.

34. Analise as assertivas abaixo e assinale a **INCORRETA**:

- A) Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, alcançar-lhe a finalidade.
- B) Ao pronunciar a nulidade, o juiz declarará que atos são atingidos e ordenará as providências necessárias, a fim de que sejam repetidos ou retificados. Quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.
- C) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada. E, salvo decisão judicial em contrário, a tutela provisória conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.
- D) Mesmo que não seja contestado o pedido, os fatos alegados pelo autor não se presumirão aceitos pelo réu como ocorridos.
- E) A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, dentre outros casos, quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.

35. Sobre os recursos no ordenamento processual civil brasileiro aponte a alternativa **CORRETA**:

- A) A apelação será interposta por meio de petição dirigida ao juízo de primeiro grau, devendo conter os nomes e a qualificação das partes, a exposição do fato e do direito, as razões do pedido de reforma ou de decretação de nulidade e o pedido de nova decisão.
- B) O agravo de instrumento será dirigido diretamente por meio de petição ao tribunal competente, contendo os nomes das partes, a exposição do fato e do direito, as razões do pedido de reforma ou de invalidação da decisão e o próprio pedido, o nome e o endereço completo dos advogados constantes do processo e o valor da causa.
- C) Na falta da cópia de qualquer peça ou no caso de algum outro vício que comprometa a admissibilidade do agravo de instrumento, deve o relator julgá-lo inadmissível de plano.
- D) Em regra, o recurso de apelação no ordenamento processual civil não possui efeito suspensivo, passando a sentença a produzir efeitos de imediato.
- E) O prazo para a interposição do Agravo de Instrumento e para a apresentação de contrarrazões é de 10 dias.

36. Sobre os crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) À luz do artigo 316, do Código Penal, aplica-se a pena de reclusão, de dois a doze anos, e multa, para quem exigir para si diretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, uma vantagem indevida.
- B) O artigo 319, do Código Penal, determina a prisão, de nove meses a dois anos, para o indivíduo que deixar de praticar um ato de ofício para satisfazer um interesse pessoal.

- C) O artigo 315, do Código Penal, prevê uma pena de detenção, de um a três meses, ou multa, para o indivíduo que der às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.
- D) A existência da corrupção ativa independe da passiva, isto é, a bilateralidade não é requisito indispensável para sua constituição.
- E) Somente o funcionário público pode ser sujeito ativo do delito de corrupção passiva.

37. No tocante aos Crimes Contra a Administração Pública, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O crime de Advocacia Administrativa, previsto no Código Penal, consiste em dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.
- B) O funcionário público que modifica programa de informática sem autorização da autoridade competente não pratica nenhum crime.
- C) No peculato culposo, a reparação do dano funciona como causa de extinção de punibilidade se precede à sentença recorrível.
- D) O delito de resistência se materializa com a simples oposição injustificada a qualquer ato de agente público.
- E) Funcionário público que exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, incorre na prática do crime de concussão.

38. Acerca dos Crimes de Periclitación da Vida e da Saúde, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Comete o perigo de contágio venéreo aquele que expõe alguém, por meio de relações sexuais ou qualquer ato libidinoso, a contágio de moléstia venérea, de que sabe ou deve saber que está contaminado.
- B) O crime de prática, com o fim de transmitir a outrem moléstia grave de que está contaminado, de ato capaz de produzir o contágio, prevê pena de reclusão, de um a quatro anos, e multa.
- C) Exigir cheque-caução, nota promissória ou qualquer garantia, bem como o preenchimento prévio de formulários administrativos, como condição para o atendimento médico-hospitalar emergencial não constitui crime.
- D) O crime de maus-tratos é previsto como expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina.
- E) Aumenta-se de um terço a pena prevista para o crime de abandono de incapaz se a vítima é maior de 60 (sessenta) anos.

39. Dentre as alternativas, selecione aquela que carrega somente causas legais de extinção da punibilidade:

- A) Morte do agente e incapacidade mental superveniente.
- B) Prescrição e incapacidade civil absoluta.
- C) Legítima defesa, exercício regular de direito e anistia.
- D) Anistia e indulto penal.
- E) Prescrição e inexigibilidade de conduta diversa.

QUESTÕES ESPECÍFICAS

11. Sobre o Poder Judiciário, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. As custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça.
 - II. Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.
 - III. Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.
- A) Todas estão corretas.
 - B) Apenas I e II estão corretas.
 - C) Apenas I e III estão corretas.
 - D) Apenas II e III estão corretas.
 - E) Todas estão incorretas.

12. Conforme o art. 5º, da Constituição Federal do Brasil de 1988, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.
- B) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- C) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
- D) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- E) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

13. A Carta Magna protege os direitos da propriedade, considerando-o um direito fundamental. Sobre a propriedade, na Constituição Federal, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.
- B) A propriedade particular não poderá, em nenhuma hipótese, ser usada pelo Poder Público, uma vez, que é assegurado ao proprietário o direito de privacidade.
- C) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- D) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- E) A propriedade atenderá a sua função social.

14. A respeito da Organização do Estado, nos termos prescritos na Constituição Cidadã, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.
- B) Os Territórios Federais integram a União e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.
- C) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios recusar fé aos documentos públicos.
- D) São bens da União, entre outros, os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos.
- E) Compete exclusivamente à União legislar sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.

15. No que toca à Administração Pública, nos termos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo a lei ordinária, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- B) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- C) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- D) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- E) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

16. Acerca das competências dos órgãos jurisdicionais previstas na Constituição Federal, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente e todos os Ministros dos Tribunais Superiores.
- B) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal.
- C) Compete aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar, originariamente, os habeas corpus, quando a autoridade coatora for juiz federal ou estadual.
- D) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição e da Justiça Federal.
- E) Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, inclusive a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

17. Assinale a alternativa que **NÃO** representa elemento do ato administrativo:

- A) Sujeito competente ou competência.
- B) Forma e finalidade.
- C) Motivo e objeto.
- D) Finalidade e motivo.
- E) Presunção de veracidade e tipicidade.

18. Acerca da anulação, revogação e convalidação do ato administrativo, assinale a alternativa que representa uma assertiva **CORRETA**:

- A) A anulação ocorre quando o ato praticado é ilegal, podendo ser declarado pela própria Administração ou pelo Judiciário.
- B) Um ato que não é mais conveniente, útil ou oportuno à Administração pode ser revogado pelo Judiciário.
- C) Nos termos da Súmula 346, do STF, a Administração pública não pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.
- D) Conforme Súmula 473, do STF, a Administração não pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- E) Os defeitos insanáveis podem ser corrigidos, validando o ato.

19. Acerca dos serviços públicos, assinale a assertiva **CORRETA**:

- A) Serviços públicos próprios são aqueles prestados diretamente pelo Estado, por meio de seus agentes, mas não indiretamente, por meio de concessionários ou permissionários de serviço público.
- B) Nos termos da Lei nº 13.460/17, serviço público é toda atividade administrativa ou de prestação direta ou indireta de bens ou serviços à população, exercida somente por órgão da Administração Pública.
- C) A definição de serviço público comporta três elementos: material, objetivo e formal.
- D) A responsabilização da Administração Pública só ocorre se houver prova inequívoca de conduta omissiva ou comissiva na fiscalização dos contratos.
- E) Dada a natureza dos serviços públicos, somente podem ser prestados pela Administração Pública Direta.

20. Assinale a alternativa **CORRETA** acerca dos princípios a serem observados nas licitações públicas e expressos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

- A) Pessoalidade, moralidade, improbidade administrativa.
- B) Impessoalidade, moralidade, probidade administrativa.
- C) Pessoalidade, imoralidade, improbidade administrativa.
- D) Impessoalidade, moralidade, improbidade administrativa.
- E) Pessoalidade, moralidade, probidade administrativa.

21. O prefeito do município Alfa, determinou que os agentes de saúde realizassem um mutirão para vistoriar e fiscalizar as casas e comércios da cidade, visando a eliminar os criadouros do mosquito *Aedes aegypti*, que causa doenças como dengue, *chikungunya* e *zika*.

Assinale a alternativa **CORRETA** que expressa o poder administrativo representado na política pública descrita

acima, que consiste na atividade da Administração Pública, por meio de seus atos concretos de condicionar a propriedade dos indivíduos, mediante ações fiscalizadoras, preventivas e repressivas

- A) Poder hierárquico, que se evidencia pela superioridade administrativa e funcional dos agentes da área da saúde.
- B) Poder disciplinar, que estabelece regras gerais para o uso da propriedade privada.
- C) Poder regulamentar, que fixa normas aplicáveis em casos concretos e predeterminados em matéria de saúde pública.
- D) Poder vinculado, que justifica a conduta realizada por meio de um comando normativo legal.
- E) Poder de polícia, que está calcado no fundamento da supremacia geral do interesse público.

22. A Administração Pública pode anular seus próprios atos quando observar a presença de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los por motivo de conveniência e oportunidade (Súmula 473 do STF).

Brenda procura um advogado especialista na área, o qual lhe explica que o fundamento para que a própria administração anule ou revogue tais atos encontra-se no princípio:

- A) Da razoabilidade.
- B) Da legalidade.
- C) Da publicidade.
- D) Da autotutela.
- E) Da hierarquia.

23. No que tange às Pessoas Jurídicas, todas as alternativas estão corretas, **EXCETO**:

- A) Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.
- B) Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.
- C) Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma seja deliberada por um terço dos competentes para gerir e representar a fundação.
- D) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.
- E) O domicílio da União é o Distrito Federal.

24. Assinale o item que **NÃO CORRESPONDE** ao que dispõe o CC/02 sobre Fatos Jurídicos:

- A) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- B) Têm-se por inexistentes as condições impossíveis, quando resolutivas, e as de não fazer coisa impossível.
- C) O termo inicial suspende o exercício e a aquisição do direito.
- D) São anuláveis os negócios jurídicos quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- E) São os negócios jurídicos anuláveis por dolo, quando este for a sua causa.

25. No que tange ao Direito das Sucessões, assinale a alternativa **ERRADA**:

- A) Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários.
- B) Até a partilha, o direito dos co-herdeiros, quanto à propriedade e posse da herança, será indivisível, e regular-se-á pelas normas relativas ao condomínio.
- C) São revogáveis os atos de aceitação ou de renúncia da herança.
- D) O excluído da sucessão não terá direito ao usufruto ou à administração dos bens que a seus sucessores couberem na herança, nem à sucessão eventual desses bens.
- E) Somente é reconhecido direito sucessório ao cônjuge sobrevivente se, ao tempo da morte do outro, não estavam separados judicialmente, nem separados de fato há mais de dois anos, salvo prova, neste caso, de que essa convivência se tornara impossível sem culpa do sobrevivente.

26. Assinale a alternativa **CORRETA** acerca dos negócios jurídicos, nos termos estabelecidos pelo Código Civil.

- A) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- B) É nulo o negócio jurídico quando celebrado por relativamente incapaz.
- C) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de cinco anos, a contar da data da conclusão do ato.
- D) O silêncio importa recusa, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- E) O negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação e pode convalidar-se pelo decurso do tempo.

27. Acerca da prescrição e da decadência, assinale a alternativa **CORRETA**, com base no que dispõe o Código Civil:

- A) É válida a renúncia à decadência fixada em lei.
- B) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- C) Salvo disposição legal em contrário, aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- D) A interrupção operada contra um dos herdeiros do devedor solidário não prejudica os outros herdeiros ou devedores, senão quando se trate de obrigações e direitos indivisíveis.
- E) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, podendo o juiz suprir a alegação.

28. Conforme expressamente estabelecido no Código Civil, sobre responsabilidade civil é **CORRETO** afirmar que:

- A) São responsáveis pela reparação civil os pais, pelos filhos menores que não estiverem sob sua autoridade.
- B) Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, não fica obrigado a repará-lo.
- C) O dono, ou o detentor, do animal não ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.
- D) A responsabilidade civil depende da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

E) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.

29. Trata-se de norma fundamental do processo, **EXCETO**:

- A) Busca pela solução consensual.
- B) Duração razoável do processo.
- C) Boa-fé.
- D) Contraditório efetivo.
- E) Verdade formal.

30. Quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes, está-se diante de litisconsórcio:

- A) Unitário.
- B) Necessário.
- C) Facultativo.
- D) Simples.
- E) Multitudinário.

31. Pode-se afirmar que o poder geral de efetivação das tutelas provisórias consiste em que:

- A) A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.
- B) O juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória.
- C) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.
- D) Na decisão que conceder, negar, modificar ou revogar a tutela provisória, o juiz motivará seu convencimento de modo claro e preciso.
- E) A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas.

32. Trata-se de atividade que o juiz deve exercer no saneamento do processo, **EXCETO**:

- A) Resolução das questões processuais pendentes.
- B) Delimitação das questões de fato, sobre as quais recairá a atividade probatória.
- C) Definição da distribuição do ônus da prova.
- D) Delimitação das questões de direito relevantes para a decisão do mérito.
- E) Desconsideração da pessoa jurídica.

33. Observando os princípios e normas presentes no Código de Processo Civil, analise as afirmativas abaixo:

- I. A competência em razão da matéria é derogável pela vontade das partes.
- II. A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado.
- III. Para se postular em juízo é necessário que se tenha interesse, legitimidade e que o pedido seja juridicamente possível.
- IV. É possível ter capacidade de ser parte e não ter capacidade processual.

Assinale o item que contém as afirmativas **CORRETAS**: